

DEBATER
A EUROPA

11

jul-dez 2014

QUE EUROPA(S)?
CONTEXTOS E DESAFIOS

Fernando Catroga, *A Geografia dos Afectos Pátrios, As reformas político-administrativas (Sécs. XIX-XX)*, Edições Almedina, 2013, 406 p. ISBN 9789724050768



O microcosmos editorial enriqueceu-se em março de 2013 com a publicação sob a chancela do Grupo Almedina, da obra de um dos maiores pensadores eruditos da historiografia contemporânea em língua portuguesa, com linhas de estudo que compreendem desde a história das ideias, das mentalidades e representações intelectuais, a analítica da descristianização e secularização do discurso e das representações políticas (1988; 1991; 1999; 2011) até ao estudo da história da história (1996), das relações memória/história (2000; 2003) a teoria da história (2009) e a história da cultura (1996).

Num movimento aglutinador de diversas publicações autónomas centradas na problemática do “Estado-nação” e através de um reordenamento lógico em analepse e prolepse que permite fazer avançar a ação ao longo do livro, o tema ganha expressão num discurso narrativo sistémico, no qual o autor investiga as mais relevantes ideologias e argumentos subjacentes ao debate da organização administrativa do País através dos diferentes regimes políticos (Monarquia Constitucional, República e Estado Novo), deambulando-se entre os vícios e as virtudes do centralismo e do descentralismo. Esta dicotomia entre centralismo (s) e descentralismo (s) marca as temáticas da *governabilidade do território e da população* (primeira parte), do *provincialismo* (segunda parte), do *poder local como polícia* (terceira parte) e o *patriotismo das pequenas pátrias* (quarta parte). O Estado enquanto entidade multiforme é caracterizado pelo autor, na senda da investigação diacrónica concetual de

M. Foucault, por “estado polícia”, “estado cartógrafo”, “estado higienista”, “estado pedagogo”, “estado reitor” e “estado – nação império”, evoluindo-se de uma aceção de *police* (de mera regulação) para uma de *policy* (de governabilidade).

Fernando Catroga deixa evidências na articulação do seu estudo, da profunda alteração imprimida pela assunção do indivíduo enquanto cidadão e átomo social. A relação com o poder (revestido sob a forma de corpo místico) deixou de ser mediada por estruturas corporativas passando a assegurar-se a integração do indivíduo na comunidade politicamente organizada a partir dos alvares do liberalismo em Portugal sob a forma de Estado, uno e indivisível.

Sob a égide da busca do “bem comum” e do princípio da unidade da soberania nacional fomentou-se a ubiquidade e a “presença panóptica da autoridade coativa e simbólica do Estado” (p. 11) e fez-se emergir uma massa de burocratas. As teorias organicistas, krausistas e positivistas serviram os intentos centralistas, contudo, a um Estado de cariz impessoal, o romantismo descentralista (“patrotismo de campanário”) de Alexandre Herculano contrapôs os afetos das “pequenas pátrias”, defendendo os municípios e as paróquias ou freguesias, pois, a “*patrianaturae* seria o húmus primordial que melhor afeiçoaria os sentimentos de pertença à *patriacivitas*” (p. 311).

O pensamento político descentralista fundiu duas ideias de pátria e conseqüentemente de nação: uma que remetia para um pendore mais étnico (nacionalidade) e outra de cunho jurídico-político (nação) (pp. 341, 344). Por outro lado, a controversa evolução no campo republicano do municipalismo republicano (J. F. Henriques Nogueira) para o unitarismo de modelo jacobino-napoleónico, segundo o *paradigma de Bonnin*, será relevante para compreender as próprias hesitações do modelo teórico do Estado e da sua constitucionalização que guiaram a subsequente implantação da República em 1910.

A “teorização contra-revolucionária” (p. 359) do Integralismo Lusitano, no decurso da I República e a tentativa de inoculação dos seus mitemas (reação, recristianização e retorno) debatida por P. Archer de Carvalho no movimento monárquico, corporativo, antiparlamentar, antiliberal e anticomunista, (*Locus - Revista de História*, Br. 2012, p.13 e segs.) servem também, para esclarecer que se o principal ideólogo do movimento, A. Sardinha “dizia respeitar a autonomia da freguesia, do município, da província, fazia-o porque via nestas sociedades intermédias, os órgãos da Monarquia corporativa que propugnava e cuja cabeça, mais mística do que física, pertencia ao Rei” (p. 362).

Ora, se o nacionalismo autoritário do Estado Novo propagandeou a ideia de “nação multicontinental e multiétnica, agora escudado, sobretudo em argumentos de

cariz histórico e cultural”, esta cruzar-se-ia com a matriz nacionalista e com a “*patriacomunis* de porte imperial” tanto quanto com a idealização das virtudes rústicas (pp. 390, 392, 374). No que concerne à organização administrativa do território assistiu-se a uma divisão em províncias, distritos, concelhos e paróquias ou freguesias (com a progressiva secularização), destacando-se como protagonista o governador civil, enquanto presença microscópica do poder do Estado nas comunidades locais, estabelecendo-se uma “corrente vertical e descendente” (p. 234) e deste modo, de pendor centralista.

O provincialismo (11 “províncias-região”) do Estado Novo credibilizado cientificamente pelo geógrafo Amorim Girão permitiu uma associação de concelhos com “afinidades geográficas, económicas e sociais” (p. 181), criando-se assim, uma “aliança entre regionalismo, patriotismo e nacionalismo” (p. 179), uma vez que, aportava “valências de compactação identitária e de robustecimento integrador à escala nacional”, como explana Rui Cunha Martins no seu *Método da Fronteira* (2008, p. 169). Esta teorização falhou no entanto, no seu ideal de planificador regional.

A *distritalização* do País, saída da reforma administrativa da Revolução Liberal, não obstante, ser considerada uma divisão arbitrária de teor meramente estatístico (em função da área e da população) foi a mais perene, consolidando-se a sua existência em desfavor da província que carecia da tradição de uma prática política estruturada. Se os concelhos ou os municípios correspondem à célula ao qual pertence o indivíduo em primeiro plano devido a uma “génese espontânea e natural” (p. 215), na perspetiva descentralista de Herculano, a paróquia ou freguesia localiza-se no “centro nuclear da vida social, cívica e afetiva” (p. 215). A problemática centralismo/descentralismo como defende o autor, evidencia “assuntos que a atualidade política pôs na ordem do dia”, pelo que, o conceito de Estado (tipo, forma, âmbito) é um debate que atravessou gerações e regimes políticos e permanece atual. Não obstante, uma leitura atenta permita dirimir argumentos relativos a posições que por vezes se antagonizam e que lançam luz sobre a atualidade: o escopo do estudo poderia deste modo revestir-se de uma maior amplitude, abrangendo com maior profusão os acontecimentos políticos do século XX, nomeadamente as opções políticas no pós Revolução de Abril, que foram pródigos em debates sobre a (s) função (ções) do Estado, que vão desde o conceito de “Estado mínimo”, “Estado - providência” até ao debate da criação de Regiões Administrativas que culminou na realização de um referendo em plena Democracia. Mas por se tratar de um estudo historiográfico de grande envergadura, e não de uma

peça incidental de um debate ou de uma agenda política imediata, ganha o maior peso esta publicação praticamente já esgotada nos escaparates.

Sofia Félix
Doutoranda CEIS20